



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E POLÍTICA URBANA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às 13h30min do dia 22/9/16, no Plenário Helvécio Arantes, sob a presidência da vereadora Elaine Matozinhos, deixou de reunir-se a Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Foi transferida para a próxima reunião a pauta desta, qual seja: Projeto de Lei nº 797/13. Mesmo não havendo quórum, a presidente declarou abertos os trabalhos para a realização de audiência pública solicitada por meio do Requerimento de Comissão nº 443/16, de autoria do vereador Leonardo Mattos, com a finalidade de discutir os incêndios ocorridos na Mata e no Parque do Planalto e a necessidade de revitalização dessa área. A presidente registrou a presença do vereador Leonardo Mattos e passou a ele a direção dos trabalhos, agradecendo a todos pela presença. Acrescentou que esta comissão tem por hábito atender às necessidades e aos anseios da população. Registre-se a presença do vereador Heleno. O vereador Leonardo Mattos convidou a tomar assento à mesa: 1) o 1º tenente PM Nelmar Moreira, representante do comandante do 13º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG, tenente coronel PM Daniel Garcia Alves; 2) o coordenador do Movimento das Associações de Moradores de Belo Horizonte, Fernando Santana; 3) o chefe do Departamento de Desapropriações e Contencioso da Superintendência de Desenvolvimento da Capital - Sudecap, Thiago Penido Martins; 4) o chefe de Seção de Planejamento e Operações, capitão BM Renato Cezar Santos, representante do comandante do 3º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, Major BM Paulo Giovani Parreira; 5) o presidente da Comissão de Defesa da Cidadania e dos Interesses Coletivos da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção Minas Gerais - OAB/MG, Wilson



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ferreira Campos; 6) a presidente da Associação Comunitária do Bairro Planalto e Adjacências - ACPAD, Magali Ferraz Trindade; 7) Margareth Ferraz Trindade, representante do Movimento Salve a Mata do Planalto; 8) a promotora de justiça da Defesa de Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo, Cláudia Ferreira de Souza; 9) o gerente de Licenciamento Ambiental Pedro Franzoni, representante do secretário municipal de Meio Ambiente, Vasco de Oliveira Araújo; 10) o engenheiro civil da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa, José Carlos Guimarães Costa; 11) o chefe de Departamento da Fundação de Parques Municipais - FPM, Robson Ricardo Machado. O vereador Leonardo Mattos mencionou a presença do ex-vereador da CMBH Ronaldo Vasconcelos. Em seguida, foi apresentado vídeo com cenas que mostravam as características da Mata e do Parque do Planalto, como também de incêndios que vêm ocorrendo nesse local. Margareth Ferraz Trindade fez a introdução sobre as características do Parque e da Mata do Planalto, que foram criados na gestão do prefeito Patrus Ananias de Souza e cujas nascentes alimentam o Córrego Bacurau, que deságua no Rio das Velhas, em direção ao Rio São Francisco. Durante a narrativa do vídeo, salientou-se que a mata resiste com aspecto verdejante, mesmo considerando-se que Belo Horizonte passa por período de longa estiagem. Em seguida, foi apresentado outro vídeo com cenas do forte incêndio que devastou área significativa do Parque do Planalto; e, depois, com cenas produzidas um dia após o incêndio que devastou esse parque, sem alcançar a mata. Margareth Ferraz Trindade observou que o incêndio ocorreu no dia 26 de julho e que, pouco tempo depois, ocorreu outro incêndio na Mata do Planalto, ambos sob suspeita de terem sido provocados por ação criminosa. O vereador Leonardo Mattos solicitou que tomassem assento à mesa a defensora pública Cleide Nepomuceno e o ex-vereador da CMBH Ronaldo Vasconcelos Novais. Magali Ferraz Trindade comentou que haveria recursos - provenientes de um fundo - e previstos para serem aplicados em cuidados com o meio ambiente. Salientou



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que o prefeito abandonou as áreas mencionadas, em discussão nesta audiência pública. Relatou que tudo o que era harmonioso e equilibrado no meio ambiente dessas áreas foi sendo agredido e prejudicado, em decorrência da omissão da Prefeitura de Belo Horizonte - PBH e do abandono a que foram relegadas. Lamentou que a Mata e o Parque do Planalto estejam nessa situação de abandono e de depredação, por omissão do Estado e do Município. Ressaltou que a Região Norte de Belo Horizonte costuma ser discriminada pelo poder público municipal, que, segundo considerou, não se omite apenas no momento em que aumenta os impostos cobrados da comunidade. Margareth Ferraz Trindade defendeu que o atual prefeito seja acionado judicialmente pelo não cumprimento de obrigações previstas na legislação. Apresentou vários ofícios enviados à FPM, a qual, segundo informou, não enviou resposta. Defendeu a defesa ambiental das áreas em debate nesta audiência pública. Dirigiu-se ao representante da Copasa para comentar que havia empreendido defesa das nascentes que alimentam o Córrego Bacurau, como também do próprio curso principal desse córrego. Ressaltou que é obrigação da Copasa acionar judicialmente moradores daquela área em razão da responsabilidade desses pela poluição do Córrego Bacurau. Denunciou a ação criminosa de pessoas que foram vistas próximas à área da Mata e do Parque do Planalto, apreciando o avanço criminoso do fogo supostamente ateadado no local. Disse que é mentirosa a preservação anunciada pelo empreendimento construtivo para a Mata do Planalto. Disse que já teve a sua vida ameaçada por estar engajada na luta em prol da preservação das áreas em debate. O capitão BM Renato Cezar Santos comentou as ocorrências de incêndio na Mata e no Parque do Planalto, observando que algumas dessas ocorrências nem foram aqui mencionadas. O vereador Leonardo Mattos perguntou sobre o tempo que o Corpo de Bombeiros levou para chegar ao local dos focos de incêndio. O capitão BM Renato Cezar Santos declarou que aumenta o número de focos de incêndio em época de estiagem. O 1º tenente PM Nelmar



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Moreira comentou as limitações que afetam o trabalho da PMMG. Acrescentou que, no entanto está à disposição para prestar a assistência necessária no âmbito das atribuições da PMMG. Comentou que o trabalho de investigação policial é atribuição da Polícia Civil. O vereador Leonardo Mattos perguntou se tais ocorrências são repassadas à Polícia Civil. O 1º tenente PM Nelmar Moreira esclareceu que tal iniciativa segue automaticamente, quando lavradas ocorrências policiais. Disse que a Polícia Civil é que desenvolve o trabalho investigativo. Robson Ricardo Machado comentou as dificuldades operacionais da gestão de áreas como as da Mata e do Parque do Planalto. Acrescentou que processos de limpeza do parque são geralmente providenciados sob a forma de mutirão, contando ainda com a incidência de despesas frequentemente captadas na PBH. Comentou também que são feitas gestões junto à iniciativa privada, na busca de recursos que auxiliem a manutenção das áreas mencionadas. Thiago Penido Martins comentou que as áreas de Mata e do Parque do Planalto não estão sujeitas ao risco de desapropriação. Magali Ferraz Trindade comentou que há, na região, morador para o qual foi prevista indenização quando ele for removido do local onde reside atualmente. Robson Ricardo Machado comentou que há uma remoção de morador acordada junto à Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - Urbhel. Disse que há recurso previsto para o próximo ano com vistas à execução dessa remoção. Pedro Franzoni comentou que a Gerência de Meio Ambiente conta com o licenciamento das áreas em debate. Magali Ferraz Trindade perguntou se não havia passado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente - Comam - abordagem sobre a revitalização do parque. Pedro Franzoni comentou que medidas compensatórias são aprovadas pelo Comam de forma genérica, sem que se especifique ou se priorize a relação com esse ou aquele empreendimento em particular. Robson Ricardo Machado comentou que a revitalização do Parque do Planalto não passa por medida compensatória, mas sim pela previsão orçamentária e pelo desenvolvimento de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

projeto sob a responsabilidade da PBH. José Carlos Guimarães Costa comentou que o Parque e a Mata do Planalto constituem, por si só, a área da bacia hidrográfica do Córrego do Bacurau. Disse que a população encontra-se nas bordas dessa bacia. Comentou que toda a coleta de esgoto da área em questão passa pelo interceptor de esgotamento sanitário situado no Córrego Bacurau. Disse que, na borda da bacia, há residências que convergem naturalmente para dentro do Parque do Planalto. Comentou a importância da participação das pessoas, tanto na preservação das áreas quanto na facilitação de um manejo adequado ao esgotamento sanitário, porque a Copasa não tem poder de polícia. Magali Ferraz Trindade esclareceu que ouvira da presidência anterior da Copasa a possibilidade de os moradores do bairro acionarem judicialmente o morador que apresente obstáculos à preservação das áreas em debate. Fernando Santana parabenizou o apoio e a participação cidadã dos moradores da região presentes nesta audiência pública. Questionou o modelo adotado pelo poder público municipal voltado a uma possível privatização de áreas ambientais como as que estão relacionadas a parques. Disse que, se as mencionadas áreas passarem a ser manejadas dessa forma, estarão submetidas a interesses exclusivamente voltados à geração de lucro. Indagou as razões pelas quais, até o momento, a mata em debate não tem sido preservada e protegida de forma responsável. Questionou também as ações empreendidas pelo Comam, que, segundo considerou, ficam, muitas vezes, à mercê de influências passíveis de questionamento pelo Ministério Público. Questionou ainda a destinação da gestão de áreas de interesse público em relação aos interesses e ações praticadas pela empresa municipal PBH Ativos S/A. Registre-se a presença do vereador Adriano Ventura. Fernando Santana acrescentou, em seus comentários, os riscos ao meio ambiente com a realização de eventos que envolvem contingente de 8.000 pessoas ou mais. Criticou o aumento das ações de marginais em áreas de preservação ambiental pela falta de policiamento. Cobrou da CMBH uma ação mais proativa



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

na preservação das áreas ambientais. Criticou a falta de interlocução entre os órgãos públicos, o que, segundo considerou, facilita a privatização dos espaços e a deterioração da qualidade de vida dos cidadãos. Wilson Ferreira Campos saudou os presentes. Ressaltou que o Brasil tem uma das melhores constituições federais do mundo; observou, no entanto, que ela não é devidamente incorporada à vida dos cidadãos, que ficam submetidos a posturas de desrespeito, a indignidades e a submissões provenientes das mais variadas formas de poder. Lamentou que, às vezes, os parlamentares da CMBH ficam submetidos a interesses de mandatários do Executivo municipal, que se sucedem periodicamente. Disse que o Executivo, por meio do Comam e da FPM, interfere no meio ambiente, muitas vezes sem compromisso com os reais interesses da população, que é prejudicada pela constante defesa dos interesses da iniciativa privada. Comentou que, geralmente, tudo o que a PBH faz para o Município não é feito para a população, mas, ao contrário, privilegia os interesses da iniciativa privada. Lamentou que população fique sujeita ao convívio com marginais, vulneráveis a ações criminosas e a usos inadequados nas áreas em questão, prejudicando os moradores da região. Acrescentou que os interesses construtivos atribuídos à área da Mata do Planalto podem resultar em consequências imprevisíveis e danosas. Disse que o atentado à área de Mata Atlântica existente na Mata do Planalto não encontra previsão na legislação, que é frequentemente desrespeitada. Disse que a comunidade jamais pensou em prejudicar o morador proprietário de grande parte da Mata do Planalto. Defendeu que a PBH destine recursos oriundos de indenização pelo desabamento do Viaduto Batalha dos Guararapes para a preservação da Mata do Planalto. Segundo declarou, a sociedade deseja que essa área seja totalmente preservada e que proprietários de imóveis construídos ali sejam devidamente indenizados. Disse também que o projeto do Plano Diretor, em tramitação na CMBH, deve preocupar-se com a preservação ambiental, tendo em vista que a cidade de Belo Horizonte



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

está verticalizada, impermeabilizada e prejudicada em demasia. Defendeu que o prefeito seja criminalizado e julgado, para que se conclua se há ou não culpa sua na falta de preservação do Parque e da Mata do Planalto. Declarou que todos devem precaver-se para que o poder econômico não predomine sobre os interesses da maioria, principalmente com o apoio do Executivo municipal. Cleide Nepomuceno saudou os presentes e elogiou a participação popular, considerando que a causa em debate relaciona-se à qualidade de vida, que, segundo observou, anda muito ameaçada nesta capital. Lamentou que exista, atualmente, uma quantidade escassa de vegetação disponível por habitante neste Município. Declarou ser emblemática e significativa a preservação da Mata do Planalto. Destacou a má administração dos parques belo-horizontinos, aliada à tentativa de privatizar essas áreas. Manifestou preocupação com a falta de lazer saudável para a população pobre do local. Declarou ser impressionante o trabalho de defesa ambiental empreendido por Magali Ferraz Trindade. Salientou a importância de concluir os trabalhos desta audiência pública com deliberações efetivas em prol da proposta por ela abordada. Perguntou a José Carlos Guimarães Costa como se daria o manejo da área em debate, considerando que essa área integra uma bacia hidrográfica, conforme se comentou nesta reunião. José Carlos Guimarães Costa declarou a existência de normas que regulam o aporte populacional organizado em áreas passíveis de preservação ambiental. Acrescentou que os empreendedores devem atender a normas que prevejam a implantação de empreendimentos construtivos. Comentou que os empreendimentos apresentados com o objetivo de promover incorporações prediais na área em debate procuraram a Copasa para informar-se dos requisitos que deveriam ser respeitados e atendidos. Disse que informara os representantes de tais empreendimentos construtivos, entre eles o da Direcional Engenharia, que deveriam observar as normas constantes da legislação vigente. A promotora de justiça Cláudia Ferreira de Souza ressaltou que a Mata do



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Planalto é área importante para todo o seu entorno, inclusive para o Parque do Planalto, do ponto de vista ambiental. Destacou também a importância da preservação dessa mata para o bioma local. Comentou que a condução do processo de licenciamento da iniciativa construtiva promovida pela Construtora Rossi, substituída pela Construtora Direcional, não foi bem gerenciada pela PBH. Lamentou a constante pressão exercida pelo poder econômico, que deveria respeitar o direito ambiental. Considerou que a população deve participar das decisões do poder público para o Município. Acrescentou que, na Conferência Municipal de Políticas Urbanas, foi desenvolvida proteção acentuada para a Mata do Planalto. Disse que o projeto de lei que altera o Plano Diretor deve ser trabalhado com muito cuidado pela CMBH no que tange, entre outros temas, à proteção da área da Mata do Planalto. Alertou os presentes para o risco de improbidade administrativa no manejo de tal área. Cláudia Ferreira de Souza disse ainda que a preservação do solo é também responsabilidade do Município, que deve acautelar-se quanto à permissão de ocupações que atentem contra o mau uso do solo ou contra o meio ambiente, de modo geral. Comentou que as obras-alvo dos interesses do poder econômico estão sujeitas a decisões de instâncias superiores do Poder Judiciário. Ressaltou que, tão logo esse poder apresente decisão quanto à área em debate, poder-se-á concluir sobre a responsabilidade pela prática de improbidades administrativas. Comprometeu-se a fazer contato com a Polícia Civil para que se possa apurar o andamento das investigações de atentados praticados contra a Mata do Planalto. Disse que a Copasa trabalha juntamente com a Vigilância Sanitária; e que esta, sim, pode autuar destinações irregulares de esgotamento sanitário. Perguntou se há ou não rede oficial de esgotamento sanitário no local ou se há morador que esteja criando obstáculos à implantação de ramal desse esgotamento. Sugeriu que seja feito levantamento de informações, para que se adotem as providências necessárias. Colocou-se à disposição para outras providências que estejam no âmbito de sua atuação. O



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

vereador Leonardo Mattos registrou a presença do vereador Adriano Ventura. Este elogiou o trabalho da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana. Ressaltou que, com o veto ao Projeto de Lei nº 1.910/16 pelo prefeito, os agentes comunitários de saúde estão sendo prejudicados, assim como os agentes de combate às endemias. Comentou que outros parques estão abandonados pela PBH, citando entre esses o Parque Municipal do Bairro Tirol, que, segundo observou, apresenta vários indícios de abandono, tanto das nascentes que ainda existem no local como de equipamentos construtivos. Declarou que a Mata do Planalto e o Parque do Planalto representam um exemplo expressivo do abandono a que foram relegados pela atual gestão da PBH. Criticou o fato de, apesar de essa região estar, especialmente, no âmbito da atuação dos vereadores Leonardo Mattos e Heleno - sendo o primeiro um defensor declarado dos interesses da comunidade quanto à preservação das áreas em debate, e o segundo, um morador da área -, a PBH não tenha cuidado bem da área em questão. Relatou as ações da PBH na CMBH, avaliando que elas são irresponsáveis e resultam em consequências danosas, como a destruição de áreas verdes no Município. Citou a Mata do Jardim América e o Parque do Rola Moça entre várias outras áreas onde ocorrem ações criminosas. O vereador Heleno discorreu sobre a situação do Parque do Planalto. Comentou problemas sérios de segurança pública verificados nesse local, além de vários outros aspectos que evidenciam abandono e negligência por parte do poder público. Ressaltou que tem receio de transitar no Parque do Planalto. Elogiou o trabalho desenvolvido pelo vereador Leonardo Mattos pela defesa e preservação da Mata e do Parque do Planalto. Lamentou não poder incluir o Comam como órgão defensor das áreas em debate. Criticou que, no passado, tenha ocorrido derrubada de árvores durante o período da noite. Lamentou também que, atualmente, o perigo maior nessas áreas seja o de incêndios. A vereadora Elaine Matozinhos agradeceu a todos pelo comparecimento. Elogiou as ações dos vereadores presentes, em especial aquelas promovidas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

pelo vereador Leonardo Mattos. Elogiou também o papel do Ministério Público, entre outros. O vereador Leonardo Mattos declarou que os vereadores foram muito provocados pelas falas dos presentes. Disse que a PBH demorou muito a entregar a proposta de Plano Diretor para este Município, o que, segundo observou, ocorreu já no final da atual gestão, configurando-se um prazo exíguo para sua apreciação. Ressaltou a importância de despolitizar o Plano Diretor, que, segundo considerou, não deveria ter um foco tão ideológico. Disse ser dos mais importantes o tema focalizado nesta audiência pública, ou seja, os incêndios. Mencionou que, se fosse diretor de uma empresa suspeita de estar praticando ações criminosas, como incêndios criminosos, estaria muito preocupado, por ser essa uma acusação ou suspeição muito grave. Declarou a importância de discutir se criminosos estariam atuando em empreendimentos em Belo Horizonte. Criticou o fato de, na política atual, as administrações não se posicionarem de forma clara, de modo a dizer, por exemplo, se querem ou não um empreendimento. Criticou ainda o vácuo de interlocução com as administrações relativamente ao debate sério das questões que se apresentam quotidianamente nas cidades. Lamentou que, há mais de 20 anos, o governo federal esteja prejudicando o Estado de Minas Gerais. Lamentou ainda o alto índice de desemprego como reflexo de políticas pouco corajosas como as praticadas neste Município e no Estado de Minas Gerais. Declarou seu interesse, como cidadão, de que sejam apurados, de forma concreta, os fatos que geraram atividades criminosas, como o incêndio no Parque e na Mata do Planalto. Margareth Ferraz Trindade questionou a tentativa de privatização dos parques de Belo Horizonte, aliada a práticas que resultam no abandono desses parques para, posteriormente, promover-se a privatização de fato. Exemplificou sua fala citando áreas de parte do Parque das Mangabeiras e a tentativa de privatização do Parque do Cruzeiro. Salientou que as crianças e idosos, entre outros, têm necessidade de usufruir do ambiente do Parque do Planalto. Sugeriu que a Comissão de Meio



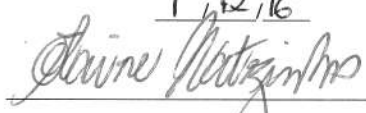
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ambiente encaminhe ofícios: à Copasa, para solicitar informação expressa sobre a realidade da rede de esgotamento sanitário local; à PBH, para saber como anda a revitalização do Parque do Planalto; à Guarda Municipal para informar-se sobre a implantação de equipamentos de vigilância eletrônica na área desse parque; à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, para obter explicações, por meio do Comam, sobre projeto que estaria sendo noticiado no sítio eletrônico “Viva a Mata”. Esclareceu que esse sítio eletrônico é iniciativa da construtora Direcional Engenharia; e que, quando se acessa esse sítio, o acesso é direcionado diretamente para o sítio eletrônico “Viva a Mata”. Ponderou que essa situação é preocupante e já foi denunciada ao Ministério Público, considerando-se o fato de que as pessoas que buscam informações sobre a salvação da Mata do Planalto têm sua causa apropriada por aquela construtora, que tem interesses nas áreas em debate. Ressaltou a importância de obter explicações junto à PBH sobre o acréscimo de oito andares aos 16 previstos no projeto original encaminhado para apreciação pelas empresas construtoras. O presidente franqueou o uso da palavra ao chefe de Departamento da Administração Municipal Regional Noroeste, Herbert. Este disse aos presentes que a PBH não estava privatizando parques, mas promovendo parcerias público-privadas - PPPs, nas quais o empreendedor atuaria como parceiro da municipalidade em 74 parques em Belo Horizonte. Acrescentou que, desses parques denominados como tal, muitos seriam apenas campos de futebol. Disse que o governo estadual não repassa verbas à quais o Município teria direito. Disse também que o Parque do Rola Moça é de responsabilidade do governo do Estado de Minas Gerais. Mencionou que a PBH vem fazendo cortes de funcionários terceirizados. Denunciou a prática de atos de vandalismo praticados pela população na área do Parque do Planalto. Comentou que a PBH peca por não desenvolver um projeto ambiental nas escolas. O vereador Leonardo Mattos solicitou à assessoria da comissão que fizesse a compilação das medidas e providências



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

geradas nesta audiência pública, a serem mencionadas em requerimentos que serão apresentados por esta comissão. A promotora de justiça Cláudia Ferreira de Souza esclareceu que obteve notícias sobre o Parque das Mangabeiras quanto a informações relacionadas a possível exploração da área ou a ações de privatização que estariam em curso no mencionado parque. Nada mais havendo a ser tratado, o vereador Leonardo Mattos declarou encerrados os trabalhos às 15h50min. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

<p>ATA APROVADA</p> <p>(art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno)</p> <p>distribuída em avulso, no dia <u>04/10/16</u>, não</p> <p>foi apresentada impugnação no prazo regimental.</p> <p><u>12/16</u></p> <p></p> <p>Presidente</p>
